

## **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes e suas faces invisíveis: casos em comunidades do Município do Rio de Janeiro**

*Vanessa Fonseca, coordenadora de Programas Promundo Brasil*

O objetivo desse breve artigo é promover uma reflexão sobre situações de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes- ESCCA, muitas vezes invisíveis por conta de normas de gênero que contribuem para a aceitação de um domínio masculino sobre as mulheres, reforçado pelo estímulo a uma diferença de faixa etária entre os gêneros nos relacionamentos, e por padrões morais que, ao considerar o casamento uma forma de promover dignidade às relações, ignoram as possibilidades de violações de direitos sexuais de adolescentes nesse tipo de relação. As reflexões aqui apresentadas estão baseadas em casos encontrados em um projeto que visa prevenir a ESCCA, desenvolvido pelo Instituto Promundo e Projeto Legal em quatro comunidades do Rio de Janeiro, e em dados do Rio de Janeiro de uma pesquisa<sup>1</sup> realizada pelo Instituto Promundo em quatro cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Itaperuna, Florianópolis e Natal), que buscou mapear e compreender a percepção de homens e mulheres sobre a ESCCA, por meio de dados qualitativos e quantitativos.

A ESCCA é definida pela utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas ou em troca de favores, que podem ser direcionados à própria criança ou adolescente ou a seus familiares e agenciadores do trabalho sexual (Fonseca et al, 2008). Dentre as atividades mais reconhecidas existe a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição em espetáculos sexuais, públicos ou privados, e o tráfico de pessoas.

O termo comercial se refere à troca por dinheiro ou outros bens. Já exploração deixa explícito que se trata de uma relação de desigualdade, em que o “explorado” não escolheu estar nessa situação, por ter sido forçado a

---

<sup>1</sup> SEGUNDO, M. et al. Homens, mulheres e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes em quatro cidades do Brasil: resultado de um estudo qualitativo e quantitativo. Rio de Janeiro: Promundo/OAK Foundation, 2012.

tal, ou por ter sua opção limitada por determinadas condições sociais, em que a faixa etária é a principal delas.

É importante ressaltar que para ser caracterizada como ESCCA a faixa etária é um componente importante e esse texto tratara desse tema. Sem ignorar determinadas violências ou desigualdades as quais podem estar submetidas, mulheres adultas têm mais recursos para escolher seu trabalho e têm o direito de desenvolver a tarefa que mais lhe convier. Importante mencionar também que os problemas enfrentados não estão na prática da profissão de prostituta em si, ou seja, no oferecimento de prazer para diversos homens. Está nas violações, insultos e demais formas de violência de quem condena ou mesmo se apropria dos corpos de mulheres para obter lucro próprio. A violência pode vir de cafetões, do Estado e da sociedade. Partimos do ponto de vista de que o trabalho de prostitutas merece ser respeitado.

Crianças e adolescentes tem o direito de ter suas necessidades básicas mantidas por um adulto, de ser protegidas e de permanecer estudando. O que faz uma criança ou adolescente realizar atividades sexuais em troca de remuneração ou artigos de sua necessidade é a ausência de tais direitos, que deveriam ser supridos pelo Estado e um adulto responsável, além de se sentir coagida por alguém com mais poder que ela.

O que torna alguém capaz de explorar outro sujeito é uma relação desigual de poder. Em nossa sociedade, as desigualdades são marcadas por diversas relações de poder: faixa etária, raça/etnia, classe social, gênero, entre outras. O poder não é algo palpável, mas age regulando as relações por meio de um processo de produção de subjetividades. Ou seja, define quem são os sujeitos, estabelecendo normas sobre como devem se comportar e os classifica hierarquicamente, em relação a um sujeito tomado como “normal”. Em nossa sociedade, o sujeito tomado como referência é o homem branco, adulto, heterossexual (ver referência). É para atender aos interesses desse sujeito que as instituições, leis e determinados espaços sociais costumam ser adequadas.

Sem ignorar conquistas em direção à equidade de gênero nas últimas décadas, normas em nossa cultura ainda influenciam a maneira como homens e mulheres se comportam, além de produzirem diferenças em relação a poder de decisão e acesso a bens e espaços sociais. Em relação à sexualidade, muitas mulheres são tradicionalmente desestimuladas a tomar a iniciativa para uma relação sexual. A beleza e a juventude são características valorizadas para uma mulher ser considerada desejável. Quanto aos homens, esses são incentivados a se relacionarem sexualmente, mais cedo e com o maior número possível de mulheres, como sinal de masculinidade. Bens materiais e recursos financeiros são o que torna um homem considerado um bom partido.

Somada às diferenças de poder nas relações de gênero, existe uma clara diferença de poder em relação à faixa etária. Para as mulheres jovens, os efeitos complementares da idade reforçam as dinâmicas de poder e vulnerabilidades em que vivem. A diferença de faixa etária pode dificultar ainda mais as negociações entre parceiros, fazendo com que as mulheres se sintam intimidadas em expressar seus desejos e tomar decisões, principalmente porque esse homem mais velho possui também mais recursos financeiros.

As normatividades de gênero, faixa etária e condição social fazem com que mulheres jovens de muitas comunidades brasileiras estejam vulneráveis à exploração sexual, sem que o fato seja percebido como uma situação de violência. Relacionar-se com uma pessoa mais jovem e inexperiente é considerado pelos homens uma boa oportunidade para reafirmar sua masculinidade<sup>2</sup>. Um estudo realizado em sete países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana) com 445 homens sobre o tema da exploração sexual de crianças e adolescentes mostrou que os entrevistados achavam que manter relações sexuais com uma menina menor de idade lhes fornecia status diante de outros homens. A maioria não considerava violência ou um

---

<sup>2</sup> Save the Children (2004). *El Cliente pasa desapercibido*. El Cliente, Principal Explotador Sexual Infantil. Informe Periódico. Lima: Save the Children Suecia.

delito. Outro estudo, realizado por Promundo, apontou que, no Rio de Janeiro, quase a metade dos 14% (n= 602) dos homens que havia pago para ter relações sexuais com meninas entre os 12 e 17 anos disseram fazê-lo como uma forma de se sentir mais jovem. É importante destacar que todos os homens entrevistados eram maiores de 24 anos. Também foi considerado motivo para ter relações com meninas menores de 18 anos o fato de corpos jovens serem considerados mais atraentes (70% dos homens que tiveram relações sexuais pagas justificou dessa maneira) e o fato de sentir-se mais viril (45% dos homens).

Esses números demonstram que normas de gênero servem para legitimar e tornar invisível a percepção de relações sexuais comerciais com crianças e adolescentes como uma forma de exploração e violência grave. Outrossim, é a percepção de que homens são, naturalmente, pouco resistentes a uma oportunidade sexual, cabendo à mulher a responsabilidade pelo controle sexual. Desse modo, considera-se que a menina que oferece serviços sexuais é a responsável ou culpada por uma prática considerada “suja”, “feia” ou “errada”, termos utilizados por homens entrevistados na pesquisa. É interessante notar que, apesar de 77% dos 602 homens que fizeram parte da pesquisa no Rio de Janeiro dizer considerar o sexo com prostitutas maiores de 18 anos uma prática comum entre sujeitos do sexo masculino e o mesmo número considerar tal prática aceitável desde que o homem não seja casado, 42% disseram estar a prostituta moralmente errada. Em relação ao sexo pago com menores de 18 anos, o mesmo número (77% dos homens) considerou ser uma prática comum dos homens, 70% afirmou ser uma escolha da menina e 20% disse estar a menina moralmente errada. O uso de drogas é percebido por muitos como uma das causas (e não consequência) para a oferta de serviços sexuais. Tal fato aumenta a responsabilização e desrespeito as adolescentes em situação de exploração sexual.

A pesquisa apresentou uma diferença entre menores de 14 anos e meninas com essa idade ou mais. Homens que se relacionam com meninas

com menos de 14 anos são percebidos como tendo um perfil “patológico”. Entretanto, tudo pode depender do desenvolvimento dos corpos dessas meninas e de como se “oferecem”.

Nos depoimentos dos que participaram da pesquisa, uma menina de 15 anos que “alicia um homem” já sabe bem do que se trata e, portanto, seria responsável por seus atos. Mesmo considerando que pode ser “necessidade” (de alimentar-se) o que motiva uma menina a ter relações sexuais em troca de dinheiro, o papel de quem busca por esses serviços, segundo os homens, é de apoio a essa menina.

Manter algum tipo de relação afetiva com a menina, como afirmou estar metade dos homens entrevistados que oferecem alguma compensação financeira para relações sexuais com menores de 18 anos, parece acontecer como uma forma também de se justificar e reduzir a culpa por estar em uma situação considerada condenável. Por se esperar que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes esteja principalmente associada às práticas de rua ou aconteça em boates, tal como é a imagem comum da prostituição, o sexo com meninas por meio de relações estáveis é imperceptível como prática de ESCCA. Somado a esse fato, existe a ideia de que uma relação estável “purifica” relações sexuais e de que é comum que mulheres mantenham seus relacionamentos por dependerem de seus companheiros.

No projeto “Exploração sexual, não!” realizado em parceria entre Promundo e Projeto Legal em quatro comunidades do Rio de Janeiro, os casos mais comuns são de meninas com quinze e dezesseis anos, que vivem ou mantêm relações sexuais com seus parceiros estáveis por terem engravidado e dependerem deles financeiramente. Muitas meninas estão submetidas até mesmo a situações de violência física ou ameaças e vivem caladas pela dependência financeira ou por terem recentemente deixado a infância, condição em a violência física como pretexto para a educação ainda é aceita. Situações como essas não chegam às delegacias ou intuições responsáveis pelo combate a ESCCA, afinal, tais meninas já alcançaram o

fim considerado desejável para todas as mulheres: o casamento ou a união estável.

Sem ignorar que algumas das meninas que participam do projeto parecem estar em uma relação que lhe traz felicidade e possibilidade de expressar-se, principalmente com parceiros da mesma faixa etária, é importante considerar que muitas delas têm uma posição conformista no que diz respeito a seus relacionamentos. Não perceber outras saídas para uma mulher jovem em sua condição é que parece torná-las adaptadas a relação em que vivem.

Um dos caminhos que o projeto “Exploração sexual, não!” tem seguido é a discussão de quais são os sonhos e projetos dessas meninas, quais os obstáculos para vivê-los e de que recursos dispomos para seguir suas aspirações. Muitos desses obstáculos estão relacionados a não garantia de seus direitos básicos, como de moradia digna, de uma escola de qualidade capaz de atrair sua atenção e de lhe apresentar alternativas para o futuro, e direitos sexuais e reprodutivos, como acesso a serviços de saúde de qualidade que lhe garantam preservativo ou outros métodos anticoncepcionais, informação, poder desfrutar de sua sexualidade como desejar, sem medo ou culpa. Em uma fase da vida entre a infância e vida adulta, as adolescentes encontram obstáculos relacionados ao acesso e aos recursos que mulheres adultas podem acessar para sair de uma situação de violência e cuidar de sua saúde. Ser considerada imatura demais para a experiência sexual e não mais puras como criança para ser protegida e respeitada, a vulnerabilidade de mulheres adolescentes, sobretudo na faixa dos quinze e dezesseis anos, é alta sem que percebamos o fato.

As práticas relacionadas a ESCCA reveladas tanto pela observação no projeto “Exploração sexual, não!” quanto pelos dados do Rio de Janeiro do estudo qualitativo e quantitativo desenvolvido por Promundo nos fazem concluir que, para além de discutir estratégias para punir homens que usam serviços sexuais de meninas e detectar uma rede de exploração de crianças e adolescentes, é importante desconstruir normas que geram desigualdades

entre homens e mulheres, adultos, adolescentes e crianças, e discutir de que maneira o acesso aos direitos fundamentais esta sendo violado.

Outro fato que costuma ser ignorado é a participação de meninos nas praticas de ESCCA. Para os homens, o acesso a pornografia antes mesmo dos quatorze anos é recomendado e estimulado<sup>3</sup> para que o adolescente aprenda, desde cedo, a se comportar como um “verdadeiro macho”. Adolescentes menores de dezoito anos que participaram de grupos focais para pesquisa de linha de base para o projeto “Exploração sexual, não!” afirmaram fazer sexo com mulheres na faixa dos trinta ou quarenta anos, em troca de bebidas nas festas. Interessante notar que os meninos se percebem como exploradores de tais mulheres, por incorporarem a ideia de que os homens devem estar sempre disponíveis para relações sexuais. Essa situação merece também ser analisada com mais cuidado no que diz respeito à ESCCA.

---

<sup>3</sup> SEGUNDO, M. et al. ibdem